

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.521.254 - MT (2019/0165892-5)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
AGRAVANTE : SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA
ADVOGADOS : RENATO CHAGAS CORRÊA DA SILVA - MT008184A
FAGNER DA SILVA BOTOF - MT012903
EDYEN VALENTE CALEPIS - MT015005A
AGRAVADO : DANYELLE MILENE ARAUJO
ADVOGADO : ANATOLY HODNIUK JÚNIOR - MT007963

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. VIOLAÇÃO DO ART. 489 DO CPC/15. INOCORRÊNCIA. REEXAME DE FATOS E PROVAS. NÃO CABIMENTO. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL SÚMULA 7/STJ. PREJUDICADO.

1. Ação de indenização por danos materiais e morais.
2. A ausência de expressa indicação de obscuridade, omissão ou contradição nas razões recursais enseja o não conhecimento do recurso especial.
3. Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e fundamentado corretamente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há que se falar em violação do art. 489 do CPC/15.
4. O reexame de fatos e provas não é permitido na via especial.
5. A incidência da Súmula 7 do STJ prejudica a análise do dissídio jurisprudencial pretendido. Precedentes desta Corte.
6. Agravo conhecido. Recurso especial parcialmente conhecido e não provido.

DECISÃO

Cuida-se de agravo interposto por SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA contra decisão denegatória de recurso especial fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

Agravo em Recurso Especial interposto em: 16/08/2019

Processo distribuído ao Gabinete em: 26/11/2019

Ação: de cobrança de indenização do seguro obrigatório ajuizada por DANYELLE MILENE ARAUJO em face da agravante, em virtude de acidente

automobilístico que levou sua mãe a óbito.

Sentença: julgou parcialmente procedente o pedido inicial.

Acórdão: manteve a decisão monocrática do relator que deu parcial provimento à apelação interposta pela agravante, nos termos da ementa a seguir:

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL AÇÃO DE COBRANÇA - DECISÃO MONOCRÁTICA - PARCIAL PROVIMENTO DO APELO DA PARTE AUTORA - DECISÃO FUNDAMENTADA - REEDIÇÃO DOS TERMOS DAS RAZÕES DE APELAÇÃO - AUSÊNCIA DE ELEMENTOS NOVOS CAPAZES DE MODIFICAR O DECISUM - RECURSO DESPROVIDO.

Encontrando-se a decisão devidamente fundamentada e não havendo nos autos elementos novos capazes de modificar o entendimento que deu parcial provimento monocrático ao recurso de apelação, o desprovimento do agravo regimental é medida que se impõe. (e-STJ fl. 138).

Embargos de declaração: opostos pelo agravante, foram rejeitados.

Recurso Especial: o recorrente alega violação dos arts. 126,131, 165, 334, II, 348, 364, 458 e 535 do CPC/73, e 4º da Lei 6.194/74, bem como divergência jurisprudencial. Além de negativa de prestação jurisdicional, sustenta que "ABSURDA A DECISÃO ORA DEBATIDA, HAJA VISTA QUE JAMAIS PODERIA TER PERMITIDO QUE A RECORRIDA RECEBESSE TAMBÉM O QUINHÃO INDENIZATÓRIO DO MARIDO DA VÍTIMA, AINDA MAIS QUE NÃO EXISTE QUALQUER PROVA NOS AUTOS QUE ELES ESTARIAM SEPARADOS" (e-STJ fl. 178).

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

- Julgamento: aplicação do CPC/73

Da violação do art. 535 do CPC/73

É firme a jurisprudência do STJ no sentido de que não há ofensa ao art. 535 do CPC/73 quando o Tribunal de origem, aplicando o direito que entende cabível à hipótese soluciona integralmente a controvérsia submetida à sua

apreciação, ainda que de forma diversa daquela pretendida pela parte.

A propósito, confira-se: AgInt nos EDcl no AREsp 1.094.857/SC, 3ª Turma, DJe de 02/02/2018 e AgInt no AREsp 1.089.677/AM, 4ª Turma, DJe de 16/02/2018.

No particular, verifica-se que o acórdão recorrido decidiu, fundamentada e expressamente acerca da legitimidade da parte agravada em pleitear a integralidade do valor do valor do seguro, de maneira que os embargos de declaração opostos pela parte agravante, de fato, não comportavam acolhimento.

Assim, observado o entendimento dominante desta Corte acerca do tema, não há que se falar em violação do art. 1.022 do CPC/15, incidindo, quanto ao ponto a Súmula 568/STJ.

- Da violação do art. 458 do CPC/73

Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e fundamentado suficientemente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há que se falar em violação do art. 458 do CPC/73.

- Do reexame de fatos e provas

Alterar a convicção do julgador *a quo*, acerca da legitimidade da parte agravada para pleitear a integralidade do valor do seguro obrigatório, demandaria o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.

- Da divergência jurisprudencial

A incidência da Súmula 7 desta Corte acerca do tema que se supõe divergente, impede o conhecimento da insurgência veiculada pela alínea "c" do art. 105, III, da Constituição da República. Nesse sentido: AgInt no AREsp 821337/SP, 3ª Turma, DJe de 13/03/2017 e AgInt no AREsp 964391/SP, 3ª Turma, DJe de 21/11/2016.

Superior Tribunal de Justiça

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo e, com fundamento no art. 932, III e IV, “a”, do CPC/15, bem como na Súmula 568/STJ, CONHEÇO PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa extensão, NEGO-LHE PROVIMENTO.

Previno a parte recorrente que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora